

A UNIVERSIDADE EM CRISE E A INCLUSÃO EM RISCO: OS DESAFIOS ESTRUTURAIS E LEGAIS NA EFETIVAÇÃO DAS COTAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Sarah Karoline Farias Dantas ¹

PALAVRAS CHAVE: Sistema de Cotas, Pessoa com Deficiência, Inclusão, Ensino Superior

APRESENTAÇÃO/INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os desafios da implementação das cotas para pessoas com deficiência (PcD) na UFSC, frente à ausência de normativas federais sobre avaliação biopsicossocial. A partir da experiência no Serviço de Validação PcD, discute entraves legais e estruturais que comprometem a inclusão, apontando caminhos para uma universidade mais inclusiva ao público PcD.

OBJETIVOS

Apresentar criticamente a atuação do Serviço de Validação de Cotas PcD na UFSC, destacando os desafios estruturais, institucionais e legais enfrentados, e propondo avanços para uma política de cotas mais inclusiva e alinhada à LBI e CDPD.

METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como relato de experiência, de natureza qualitativa, descritiva e analítica, elaborado pela assistente social responsável pelo Serviço de Validação PcD da UFSC. A análise se fundamenta nos marcos legais das ações afirmativas (Lei nº 12.711/2012, Lei nº 13.409/2016, LBI nº 13.146/2015 e legislações correlatas) e em documentos institucionais da PROAFE e do Departamento de Validações. Foram observados os fluxos de trabalho, os critérios documentais exigidos, a atuação das bancas multiprofissionais e as mudanças propostas pelo GT PcD (2025), articulando vivência prática e reflexão crítica sobre inclusão e equidade.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Saúde Mental do Adulto (ESCS/DF). Atualmente é assistente social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

RESULTADOS

Constatou-se que a ausência de regulamentação federal sobre avaliação biopsicossocial gera insegurança jurídica e leva a critérios biomédicos rígidos, com exigência de laudos exclusivamente médicos recentes, o que pode tornar o processo excludente. A sobrecarga estrutural, com poucos servidores e recursos limitados, agrava o quadro. Houve avanços em 2025, com a criação do GT PcD e mudanças como a substituição do Laudo Médico por Laudo Caracterizador da Deficiência, validade documental ampliada. Ainda assim, as bancas enfrentam insegurança e atrasos, revelando tensões entre normas excludentes e práticas inclusivas.

CONCLUSÕES

A política de cotas PcD é um marco fundamental, mas enfrenta entraves estruturais, burocráticos e legais que fragilizam sua efetividade. A precarização institucional, a ausência de regulamentação federal e a ênfase biomédica limitam a inclusão. Mudanças recentes representam avanços, mas ainda insuficientes. É urgente regulamentar a avaliação biopsicossocial e fortalecer equipes e recursos, para consolidar uma universidade efetivamente inclusiva.